

A PÉROLA DAS ANTILHAS: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DE UM ESTADO NA AMARGA HISTÓRIA HAITIANA¹

THE PEARL OF THE ANTILLES: AN ANALYSIS OF THE ELEMENTS OF CONSTITUTION OF A STATE IN DIFFICULT HAITIAN HISTORY

Carla Patrícia Finatto²

Reisson Ronsoni dos Reis³

RESUMO

Considerando que a história geopolítica do Haiti, o presente artigo busca, através da averiguação dos elementos constitutivos do Estado, identificar a existência ou não de um território bem definindo no Haiti, bem como sua caracterização, a fim de verificar se o território é um marco relevante para a definição de sua cultura e de sua história. Ainda, tratar-se-á de aspectos referentes ao povo haitiano, as quais, ainda com toda instabilidade política do país apresenta aspectos culturais extremamente característicos, bem como buscar-se-á explanar acerca da “soberania haitiano”, sobretudo se tratando de um país que possui poucos períodos de democracia e muitas transições violentas, sobretudo se considerado que o poder supremo haitiano também possuiu influência francesa.

PALAVRAS-CHAVE: Soberania, Haiti, Elementos de Constituição.

ABSTRACT

Considering the geopolitical history of Haiti, the present article seeks, through the investigation of the constitutive elements of the State, to identify the existence or not of a well-defined territory in Haiti, as well as its characterization, in order to verify if the territory is a landmark. relevant to the definition of their culture and history. Still, it will deal with aspects related to the Haitian people, which, despite all the political instability of the country, presents extremely characteristic cultural aspects, as well as seek to explain

¹ Artigo submetido em 19-09-2019 e aprovado em 02-12-2019.

² Graduada em Direito pelo CESUSC, Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Pablo de Olavide e Pós Graduada em Direito Internacional Aplicado pela Escola Brasileira de Direito. Endereço Eletrônico: carla_finatto@hotmail.com.

³ Graduado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil, em Gravataí. Especialista em Direito Militar pela Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Mestrando em Direito das Relações Internacionais e de Integração na América Latina pela Universidad de la Empresa, em Montevideú. Endereço Eletrônico: reissonr.r@hotmail.com.



about the “Haitian sovereignty”, especially in the case of a country that had few periods of democracy and many violent transitions, especially considering that the supreme Haitian power also had French influence.

KEYWORDS: Sovereignty, Haiti, Elements of Constitution.

INTRODUÇÃO

Segundo Portela os elementos constitutivos do Estado são: território, povo e governo soberano (PORTELA, 2011, p. 166). Ainda, relata Alexandre de Moraes (2012, p.03), baseado no conceito de Jelinek sobre o Estado “O Estado, na tradicional obra de Jelinek, necessita de três elementos fundamentais: poder/soberania, população e território.”. Assim, o território, a população e a soberania são os três elementos que compõem o Estado. A população do país fica submetida ao Estado, que detém o poder de legislar sobre assuntos que regem todo o seu território. Nessa relação, a população torna-se subordinada ao Estado, revelando então um elemento essencial ao mesmo, que é o governo soberano.

A fim de analisar acerca da história geopolítica do Haiti sob o prisma dos elementos constitutivos do Estado, verificar-se-á o conceito de cada elemento e sua relação com as características dessa Nação, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica para, por meio do método indutivo, analisar o caso concreto com relação à generalidade da teoria.

Diante desse prognóstico, responder-se-á se o Haiti possui um território bem definindo, e como se caracteriza seu território, de modo a poder esclarecer a hipótese que consiste em ser o território fator relevante para a definição de sua cultura e de sua história.

Superado isso, o estudo da soberania representará o fecho do desenvolvimento deste estudo, buscando avaliar a geopolítica haitiana para classificar tal Nação como soberana ou não, e, portanto, também como um Estado.



1. O TERRITÓRIO

Não existe Estado sem território, também definível como sendo a área efetiva em que exerça controle por meio de seu governo legítimo (REZEK, 2007, p. 161), logo, é o *espaço geográfico dentro do qual o Estado exerce seu poder soberano* (PORTELA, 2011, p. 166), o que permite concluir que nenhum elemento constitui um Estado sem a relação com os demais elementos, haja vista que o território útil para a caracterização de um Estado é aquele em que o Estado consegue exercer o atributo da soberania.

O território do Haiti, unido aos demais elementos constitutivos do Estado, cria o espaço geográfico de um dos dois países da ilha de Hispaniola – também denominada São Domingues pelos franceses (MATIJASCIC, 2014, p. 43) – separado por montanhas da vizinha República Dominicana (MOREIRA, 2010, p. 19), ocupa o terço ocidental da ilha, que é a segunda maior do caribe (CÉSAR, 2017, p. 16), tendo sido descoberta por Cristóvão Colombo, em 1492 (MOREIRA, 2010, p. 13), quando de sua primeira expedição rumo ao oeste da Europa (CÉSAR, 2017, p. 16).

O próprio nome do país, que possui pelo menos duas representações linguísticas de origens distintas, a primeira de origem Arawak, tribo nativa da região, com o significado de *terras altas* (MATIJASCIC, 2014, p. 42), e a segunda derivada da palavra *ayiti*, a qual, em créole, significa *terra das montanhas* (CÉSAR, 2017, p. 16), dá conta de descrever o relevo local.

O Haiti possui pouquíssima cobertura vegetal, uma vez que as árvores que já dominaram a paisagem foram cortadas para venda de madeira (MOREIRA, 2010, p. 19), o que contrasta com os pequenos jardins residenciais presentes em certos locais da capital haitiana, sempre bem cuidados (RUPPENTHAL, 2007, p. 57), razão pela qual é conhecido por ter o mais degradado ecossistema do mundo (KAWAGUTI, 2006, p. 33), com apenas 3,7% de área florestada em seu território é um país caribenho em que cujos idiomas oficiais são o créole e o francês (VAZ, 2015, p. 80).

Sem a presença das árvores a erosão e o tom amarelo tomou conta do relevo do local (MOREIRA, 2010, p. 19), sendo um solo pobre e que cada vez fica menos nutritivo, o que, no futuro, poderá gerar mais fome pela aridez crescente após anos de devastação e



queimadas, além de práticas agrícolas despreocupadas com a recuperação do solo (RUPPENTHAL, 2007, p. 97).

No Haiti, os rios se apresentam secos e as plantações de cana, que outrora fizeram do território um local de riquezas famoso, hoje estão queimadas pela revolução que levou à independência do país (KAWAGUTI, 2006, p. 16), as quais já totalizaram sete mil e oitocentas grandes e produtivas fazendas na época do auge econômico da colônia (MATIJASCIC, 2014, p. 43), sendo flagrante o contraste com a riqueza vegetal das montanhas dominicanas, em que há visível exuberância da vegetação, que se escasseia conforme aproximasse da fronteira haitiana, que a cada proximidade com o interior do país, mais se torna rasteira e seca, quando presente (KAWAGUTI, 2006, p. 65-7).

É imperioso, ainda mais durante a análise de uma história que inicialmente retratou uma economia rica sucedida por um largo período de decadência econômica, que se destaque um contraponto no Haiti, datado desde antes da exploração de cana-de-açúcar, o período de extração de ouro que iniciou o impulso colonial espanhol sobre a ilha antes do domínio francês, o qual contou com mão de obra indígena local (MATIJASCIC, 2014, p. 42).

O país é assolado por tempestades (RUPPENTHAL, 2007, p. 24), bem como por enchentes, furacões e terremotos (CÉSAR, 2017, p. 86), em um contexto de temperatura escaldante para os padrões paulistas e cariocas (MOREIRA, 2010, p. 19-20), aplicando-se a mesma sensação aos gaúchos (RUPPENTHAL, 2007, p. 16), o que se soma à seca dos rios.

Em contraponto, tem-se uma crescente área coberta por desertos áridos, quase brancos na região de Gonaives, em que se tem um duelo de espaço entre a pobreza do solo com o mar do Caribe (KAWAGUTI, 2006, p. 104).

Distanciando-se no litoral, o interior possui plantações de banana e de algumas outras frutas, constituindo parte da alimentação do haitiano, sendo consumidas normalmente fritas (MOREIRA, 2010, p. 50), e, quando há, também são consumidos com farinha (RUPPENTHAL, 2007, p. 93-4).



Existem também hortas nas cidades e árvores frutíferas, das quais as pessoas retiram parte de seu sustento alimentar, em que pese não seja o bastante para uma alimentação de qualidade, sendo tudo muito precário (RUPPENTHAL, 2007, p. 94).

Em suma, a visão do território haitiano é a de uma terra pilhada e abandonada, um horizonte de miséria em que se poderia considerar que a civilização foi derrotada (KAWAGUTI, 2006, p. 04).

Portanto, o território haitiano, suas riquezas e carências não apenas interferem nas condições de vida do povo desta Nação, como também são influenciadas pela cultura e pela história desse povo. Isso pode ser chamado de relação simbiótica, uma vez que um elemento tem influência direta no outro, e o conjunto formado por ambos acaba tendo reflexos na forma com que a soberania foi exercida ao longo da história do Haiti, como será visualizado nos capítulos seguintes.

2. O POVO

O elemento humano é o único dos elementos que não pode ser eclipsado por fatores externos, sobrevivendo mais do que a existência do território, que é variável em sua extensão por motivos de geopolítica (REZEK, 2007, p. 161).

Ademais, o elemento *povo* é distinto do termo *população*, uma vez que este é um conceito que envolve o povo (os naturais) e todos os demais que vivam no território em determinado tempo (estrangeiros e/ou apátridas também), de modo que a constituição como membro do povo requer uma vinculação jurídica por meio da nacionalidade (PORTELA, 2011, p. 167).

Sobre isso, abre-se um curto parêntese para explicar que a nacionalidade *pode ser definida como um vínculo jurídico-positivo entre o Estado e o indivíduo através do qual este se torna componente do povo*, logo, o conceito de povo requer que, por meio da nacionalidade, um indivíduo esteja submetido, assim como seu grupo de nacionais, a um poder soberano (NOVELINO, 2016, p. 481).

Esclarecido a parte conceitual, passa-se à análise do povo haitiano, tomando-se por primeiro objeto de estudo o fato de que, em 2017, o Haiti possuía cerca de dez milhões



de habitantes, que se multiplicavam a uma taxa de crescimento populacional de 1,6% ao ano, e se distribuíam na proporção de 52% em área rural e 48% em área urbana, vivendo em média com menos de dois dólares ao dia (CÉSAR, 2017, p. 16), o que traduz uma taxa de miserabilidade de 55% da população (VAZ, 2015, p. 78).

O registro populacional supracitado é superior aos cerca de oito milhões que eram registrados em 2006, vivendo, portanto, mais de 80% da população, abaixo da linha da pobreza, e vivendo até os 53 anos de idade (KAWAGUTI, 2006, p. 33), ou 63 anos, dependendo da fonte de consulta (VAZ, 2015, p. 78), em um contexto de desemprego cuja taxa atinge os 80% (KAWAGUTI, 2006, p. 109).

Sobre o crescimento populacional do Haiti é imperioso que se observe que é o país da América com menor quantidade de partos assistidos por profissionais de saúde, sendo a média inferior a 50% dos nascimentos, em contraste com uma taxa de mortalidade infantil de 64 a cada mil nascidos vivos (VAZ, 2015, p. 77-8).

Contudo, os cidadãos, mesmo aqueles considerados pobres, estão sempre bem-arrumados, e não andam na rua sem camisa por uma questão cultural (MOREIRA, 2010, p. 21), em especial os estudantes, uma vez que é uma posição de orgulho (MOREIRA, 2010, p. 52), em um país em que 48,1% da população adulta é analfabeta (VAZ, 2015, p. 78).

Uma pessoa sem camisa, no Haiti, está sujeita a tamanha reprovação por parte da sociedade que, inclusive, pode acabar sendo linchada (MOREIRA, 2010, p. 95). No Haiti, as escolas são todas particulares, e conseguir enviar seu filho para estudar era considerado um ponto de honra para qualquer família (KAWAGUTI, 2006, p. 72).

O dialeto local predominante é o *creole* ou créole, que é parecido com o francês, sendo também utilizado o espanhol por muitos cidadãos e, um pouco menos, o inglês (RUPPENTHAL, 2007, p. 48), sendo apenas o créole e o francês são reconhecidos oficialmente como idiomas nacionais (VAZ, 2015, p. 62-78).

Grande parte da população haitiana não tem acesso à luz, à água e à comida (MOREIRA, 2010, p. 21), a própria oferta de água, quando do primeiro contingente da MINUSTAH, era controlada a níveis módicos, processados pela Marinha (RUPPENTHAL, 2007, p. 17), sendo, em que pese a ajuda humanitária ter melhorado



muito a situação do Haiti entre 1990 e 2015, o pior país da América no tocante ao acesso à água potável, apenas 63% da população acessa, enquanto apenas 17% vive em área coberta por saneamento básico (VAZ, 2015, p. 76-9).

O uso de pedras como se fossem papel higiênico e a utilização das áreas externas às residências como banheiro, mesmo que diante de outras pessoas também foi cabe destaque no comportamento social haitiano (MOREIRA, 2010, p. 78). Nos locais em que havia latrina ou fossa, seu uso por pessoa não autorizada pela proprietária poderia resultar em morte, assim como também resultava em morte casos em que a autorização era negada (MOREIRA, 2010, p. 146).

Mesmo com a existência desses pontos, sua quantidade limitada e a estrutura social do país torna comum a presença de pessoas defecando no meio da rua (RUPPENTHAL, 2007, p. 61).

Existem banhos públicos na capital, ao custo de sete gourdes (moeda local), onde, em boxes sem porta, cada pessoa poderia banhar-se com o que conseguiu encher de água no balde que trouxe consigo (MOREIRA, 2010, p. 147).

É possível verificar-se no litoral, o que serve de exemplo a cidade de Roboteau, que a ausência de saneamento torna as praias caribenhas em um banheiro a céu aberto em que várias pessoas estão de cócoras para aliviar-se de uma necessidade humana (KAWAGUTI, 2006, p. 104).

Cabe que se destaque que a cultura de uma nação é influenciada pelos recursos de que dispõe, e que a escassez de água no Haiti acabou impondo à sociedade comportamentos nocivos à saúde e à qualidade de vida, tais como o uso da mesma água para higiene pessoal e material, bem como para consumo humano e animal (MOREIRA, 2010, p. 139).

Pessoas também tomavam banho em esgotos da capital (RUPPENTHAL, 2007, p. 59), o que agravava a situação de saúde do país, haja vista que os hospitais são todos privados, salvo aqueles construídos por ONG's, médicos sem fronteiras ou pela MINUSTAH enquanto esteve no Haiti, motivo pelo qual o grande desespero da população para conseguir ser atendido (KAWAGUTI, 2006, p. 73).



Todas as manhãs, a população, em especial, mulheres e crianças, caminham para buscar água, conduzindo baldes sobre as cabeças com grande equilíbrio e força (MOREIRA, 2010, p. 139), além de buscarem, em todo alvorecer, molhar o rosto e escovar os dentes do lado de fora das casas antes de começar os afazeres do dia (MOREIRA, 2010, p. 144).

Em que pese um sem fim de muros de reboco sem pintura, as tumbas são extremamente coloridas e bem pintadas por cultura (MOREIRA, 2010, p. 46). No mesmo sentido, a área rica da capital, que ficava em um local elevado, era um jardim suspenso sobre uma imensidão de casebres sem reboco em que as pessoas mais carentes lutavam para sobreviver (RUPPENTHAL, 2007, p. 79).

É possível verificar que até mesmo a água tem uma aparência mais limpa nas áreas mais altas, além de ser notada a circulação de veículos melhores nessas áreas (KAWAGUTI, 2006, p. 148).

No entanto, as casas, em sua maioria, são feitas de tijolos empilhados, sem portas e com o uso de cortinas para fazer a separação de seu interior com o exterior, amontoadas umas sobre as outras, sem janelas e muito quentes (RUPPENTHAL, 2007, p. 84-5). Cabe ressaltar que favelas como *Bel Air* possuíam aproximadamente 250 mil habitantes para um espaço de 6km² de área (KAWAGUTI, 2006, p. 45).

O país é majoritariamente católico, mesmo assim, o vuduísmo está presente na maioria das casas (MOREIRA, 2010, p. 48), havendo símbolos de ambas religiões espalhados pelas cidades, quando não de forma mesclada (RUPPENTHAL, 2007, p. 92-3). Nesse contexto, o catolicismo tem grande importância na luta pelos Direitos Humanos no Haiti (KAWAGUTI, 2006, p. 25), porém, há uma descrença em ajuda estrangeira, uma vez que muitas organizações assistenciais distribuíam de forma desorganizada os recursos, que muitas vezes eram comercializados pelas gangues (KAWAGUTI, 2006, p. 111-3).

Analisado o que alimenta a alma, tem-se que, nos hábitos alimentares dos corpos haitianos há a classificação de pior dieta das Américas, uma vez que aproveitam para alimentação aquilo que no Brasil seria considerado lixo (MOREIRA, 2010, p. 51-2).

Outra cena que corrobora com tal afirmação é a do preparo do porco assado, o qual envolve atear fogo no animal morto no chão até que fique bem cozido, soltando fogo



pelos orifícios literalmente, apagar o fogo e comercializar pedaços cortados com as mãos. Todavia, cabe que se destaque que a construção de casas pequenas, a qual remonta ao período colonial, fazia com que muitas casas possuíssem apenas um único cômodo, o que dificultava o preparo de alimentos no interior das residências, até mesmo pelo forte calor (MOREIRA, 2010, p. 85-6).

Uma ala cultural mais conservadora acredita que a haitiana que raspa o sovaco é garota de programa, sendo o segmento feminino da população-alvo de muitas violências, não sendo raros os casos de estupro e de assassinatos por motivos banais do ponto de vista brasileiro (MOREIRA, 2010, p. 141).

Na cultura local, a mulher aumenta seu *status social* quando está grávida, sendo prova de que está sob os cuidados de um homem. Contudo, muitas crianças são abandonadas ao nascer como ônus humanitário desse costume (KAWAGUTI, 2006, p. 88).

O país possui um alto índice de contaminação do vírus da AIDS, o que espantava pelo fato de enfermeiros em hospitais trabalharem sem luvas, problemas que se somavam aos índices de malária e de febre amarela (RUPPENTHAL, 2007, p. 39-40), constituindo-se nas principais enfermidades do país (KAWAGUTI, 2006, p. 73).

É um país em que se ama o futebol, e em que há um grande apreço pela seleção brasileira, havendo inclusive uma suspensão de hostilidades extraoficial no período em que a seleção brasileira (2004) esteve em Porto Príncipe (capital do Haiti) para jogar contra a seleção haitiana (MOREIRA, 2010, p. 173). Em menor escala, é necessário que se observe, a seleção argentina também é alvo de amores no país (KAWAGUTI, 2006, p. 36).

No Haiti também se comemora o Carnaval (MOREIRA, 2010, p. 338), em contraste, o primeiro contingente registrou muitas pessoas sem esperança de *dias melhores*, deitando-se no meio da rua e esperando a morte, sob olhares de indiferença das demais pessoas (RUPPENTHAL, 2007, p. 55).

Não apenas durante o carnaval, o trânsito haitiano é infernal, assemelhando-se ao de São Paulo na *hora do rush*, embora com um quantitativo de veículos inferior (KAWAGUTI, 2006, p. 69).



O transporte coletivo (*tap-tap*) não possui cobrador, os passageiros pagam para o motorista ao desembarcar, contudo, se quiserem fugir, não há mecanismo de contenção mecânica, contudo, se alguém tenta fugir sem pagar, todos gritariam para que fosse capturado e esfolado pela multidão (MOREIRA, 2010, p. 27-8).

Nas favelas em que a MINUSTAH entrava, inicialmente, percebia-se o despreço à vida, como se a vida das pessoas que lá estivessem valesse menos do que a de outros seres humanos da visão daqueles que não se sentiam protegidos sob domínio das gangues, ou seja, sem o direito de viver, não respeitavam os direitos dos demais (MOREIRA, 2010, p. 202), o que é mais um demonstrativo de que o meio influencia a cultura.

O escambo constituía-se da principal forma de comércio nas regiões não centrais, sendo inclusive suspeito o uso de dinheiro em dadas áreas; porcos, por exemplo, pagavam um ano de estudo das crianças de uma família (MOREIRA, 2010, p. 251-2), entretanto, retirando-se a ótica de uso para educação, quando o alimento era preservado apenas para fins de subsistência, não raros eram os casos de morte por um copo de sopa oferecido pela ONU (MOREIRA, 2010, p. 297).

Outra prática mercante comum no Haiti é a venda de remédios em cones de cartolina ou papelão, até o limite do que pode pagar, escolhidos pelo tamanho ou pela cor (RUPPENTHAL, 2007, p. 87-8).

Não é a toa que o país, em 2016, ocupou a 161ª posição de um ranking de classificação da qualidade de vida com 187 países, ou seja, seu índice de desenvolvimento humano (CÉSAR, 2017, p. 16), o que é um declínio em uma simplória comparação com a 148ª posição que ocupava dez anos antes (KAWAGUTI, 2006, p. 33).

Outro traço cultural haitiano, e que possui uma relação com o conceito de soberania, é a tradição de não se render ao estrangeiro, o que é simbolizado pelo ato de entrega do armamento de um militar a outro quando da capitulação. Sabedor disto, durante a MINUSTAH, o General Heleno providenciou que a rendição de milicianos fosse para um membro do governo haitiano sob supervisão brasileira, providenciando-se tratamento médico e alimentação adequada aos capitulados e, futuramente, inclusive trabalho (KAWAGUTI, 2006, p. 56-7).



Tema esse interessante para o desfecho dos estudos do povo haitiano e de sua cultura, notadamente influenciada pelos recursos e condições geográficas de seu território, mas que simbioticamente foi capaz de influenciar a constituição do território, e esse conseqüentemente devolveu com novas imposições reestruturantes da cultura haitiana.

A temática de traços culturais, que mesclam o orgulho de nunca se render ao estrangeiro, até mesmo pelo histórico de desconfiança em relação aos povos alienígenas de sua terra construído pelas mazelas trazidas de fora, com a indiferença com a morte causada pela banalização que os recursos territoriais e que a história política da sociedade haitiana impôs à própria sociedade guarda relação com lição do Doutor Marcelo Novelino.

Novelino explana que *o povo de um Estado é formado apenas por indivíduos que possuam a nacionalidade daquele país*, um sentimento de pertencimento cultural, ideológico e religioso que os interliga a um território e a um governo soberano, diferenciando-o dos demais povos (NOVELINO, 2016, p. 481), e o que diferencia o Haiti dos demais povos é sua história (que será apreciada no capítulo seguinte), sua geografia singular e empobrecida, o descaso, a indiferença e a desvalorização da vida quando se vê o fator esperança retirado em meio a tanta violência por poder que se apresenta das mais variadas formas, até mesmo no poder de não ser passado para trás ou de não ver alguém ferir os seus costumes, haja vista que quem não paga o transporte público ou anda sem camisa na rua está sujeito ao linchamento público.

3. A SOBERANIA

Por termo, o elemento final de constituição do Estado haitiano é denominado soberania. Esse, por sua vez, é definido como *a autoridade maior que exerce o poder político no Estado*, conferindo a esse poder *o caráter de superioridade frente a outros núcleos de poder que atuam dentro do Estado* (PORTELA, 2011, p. 167).

É igualmente definido como *poder político supremo e independente*, o que não quer dizer que o governante possa fazer tudo aquilo que bem entende, embora não esteja limitado a nenhum outro poder de ordem interna (supremacia), enquanto também não se curva a nenhuma poder externo ao qual não tenha voluntariamente se submetido



(independência), o que também permite dizer que a soberania é exercida tanto de forma interna quanto externa (NOVELINO, 2016, p. 250).

Dito isso, tem-se que um mergulho na história haitiana trará a construção de sua soberania ao longo da sua existência como povo pré-Estado caribenho independente, Estado em formação e Estado independente.

O Haiti foi território colonial francês, cuja característica mais marcante foi a alta produtividade agrícola, a qual lhe rendeu o apelido de “Pérola das Antilhas”, haja vista que a região foi a mais próspera da França na América em virtude da exploração de açúcar, café e cacau, o que simbolizou, em meados do século XVIII, quase dois terços dos interesses comerciais externos dos franceses (CÉSAR, 2017, p. 17).

Antecedendo a um futuro colonial de abundância econômica, pelo menos para a elite, o Haiti foi uma área de pirataria intensa (KAWAGUTI, 2006, p. 23), o que ocorreu entre 1492 e 1692 (VAZ, 2015, p. 64).

Na colônia, a monocultura e o sistema escravagista imperavam como fonte de riqueza para a metrópole, o que dividia o lugar em cinco ou três camadas sociais bem definidas, a depender do enfoque (CÉSAR, 2017, p. 17).

Uma observação mais ampla destaca os *grandes brancos*, proprietários de terra e comerciantes voltados a exploração e comercialização de monoculturas; *funcionários da monarquia francesa*, que ligavam a vida colonial à gestão da metrópole; *os brancos pobres*, cujos ofícios eram de baixa remuneração, tais como professores e artesões; *mulatos e negros libertos*; e *escravos* (MATIJASCIC, 2014, p. 43).

Enquanto uma observação mais restritiva definiria como existentes apenas a elite branca (*grands blancs*), os mulatos libertos (*affranchis*) e os escravos (*noirs*), as quais eram bem definidas (CÉSAR, 2017, p. 17).

O sistema escravagista com mão de obra africana data do século XVI, quando do início da exploração da cana-de-açúcar, mais especificamente entre os anos de 1517 e 1540, quando o colonizador espanhol importou 30 mil escravos da África (MATIJASCIC, 2014, p. 42).

A riqueza da colônia chamou a atenção da França, que ocupou o terço noroeste da ilha durante a Guerra da Liga de Augsburgo (1688 e 1697), sendo seu direito de ocupação



do território legitimado pelo *Tratado de Ryswick*, quando então já se produzia na região açúcar, café e algodão (MATIJASCIC, 2014, p. 43).

A Revolução Francesa, no entanto, criou parte do clima de instabilidade política da colônia, uma vez que os *grandes brancos* recusavam-se a se submeter à Assembleia de Paris, ao passo que a outra parte foi dada pela exclusão imposta por aqueles da participação de brancos pobres e mulatos da vida política colonial, o que, somando-se às desigualdades, geraram revoltas tanto populares quanto de escravos (MATIJASCIC, 2014, p. 44).

Sobre isso, tem-se que, em 1789, uma delegação de mulatos livres chamados de *gens de couleur* esteve em Paris reivindicando os mesmos direitos de cidadania da elite branca francesa, os quais eram assegurados pela Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, o que lhes foi negado pela metrópole (VAZ, 2015, p. 64).

No ano de 1791, o General Toussaint L'Ouverture lutou pela libertação dos escravos da subjugação francesa em uma sangrenta revolta, que resultou na morte da elite política e econômica do país, brancos livres (MOREIRA, 2010, p. 13).

Com o seu carisma e com o conhecimento de quem administrava a fazenda de seu senhor, logo com a instrução que recebera, Toussaint levantou um exército de 500 mil escravos contra 58 mil homens livres no Século XVIII (KAWAGUTI, 2006, p. 22).

Todavia, a revolta foi suplantada pela milícia colonial, a qual foi sendo enfraquecida por uma série de pequenas revoltas (MATIJASCIC, 2014, p. 44), até que, em 1796, L'Ouverture, um ex-escravo, declarou-se Tenente Governador do Haiti, com a proposta de substituir a escravidão por mão de obra assalariada e a promoção da queda do monopólio francês, estabelecendo relações comerciais com a Inglaterra e com os Estados Unidos, além de outros mercados americanos (CÉSAR, 2017, p. 17-8), além de expulsar do país qualquer autoridade do governo francês (MATIJASCIC, 2014, p. 44).

Em 1801, L'Ouverture conseguiu que o governo francês reconhecesse a abolição da escravatura na ilha, com a condição de que o Haiti, embora autônomo, permanecesse na federação francesa, mesmo que com uma constituição própria, cujos traços marcantes eram o militarismo e o autoritarismo (VAZ, 2015, p. 64-5).



Contudo, no mesmo, o líder da revolução foi capturado por uma missão militar enviada por Napoleão Bonaparte, que nomeou como comandante de 28 mil homens o Capitão-General Leclerc (MATIJASCIC, 2014, p. 44), vindo a falecer em uma prisão na França em 1803 (CÉSAR, 2017, p. 18), mas não sem antes proferir a célebre frase *ao derrubar-me, vocês terão cortado apenas o tronco da árvore da liberdade; ela brotará novamente a parti de suas raízes, que são muitas e mais profundas* (VAZ, 2015, p. 65).

Enquanto L'Ouverture esteve encarcerado, Jean-Jaques Dessalines liderou revoltas contra o poderio francês na ilha, uma vez que este estava abalado por doenças tropicais, as quais vitimaram inclusive seu comandante, sem poder contar com reforços do Império Francês, haja vista a continuidade das Guerras Napoleônicas na Europa (MATIJASCIC, 2014, p. 45).

Ao lado dos independentistas, estavam a febre amarela, que enfraqueceu o poderio militar francês da ilha, e as táticas de guerrilha, próprias de força de combate menores em quantidade (VAZ, 2015, p. 65).

Morto o líder revolucionário, Jacques de Verttière liderou os revoltosos, organizando um exército popular, o qual logrou derrotar as tropas francesas definitivamente em 1803 na *Batalha de Verttière* (CÉSAR, 2017, p. 18).

Isso também se deve ao sentimento de vingança pela morte de seu líder e pela exaltação de seus ideais, o que gerou um massacre de cidadãos franceses que viviam na ilha, gerando um lema cantado até hoje no Haiti, o qual dá conta de que os franceses só poderiam sair do país levando suas cabeças sob os braços (KAWAGUTI, 2006, p. 23).

Em 1804, Jean Jaques Dessalines declarou a independência do país, o que fez do Haiti a primeira nação predominantemente negra a conquistar sua independência, o que é motivo de orgulho dos haitianos (MOREIRA, 2010, p. 13), declarando-se imperador (VAZ, 2015, p. 65).

Todavia, o reconhecimento da independência não se daria de pronto, haja vista um forte temor europeu de que o reconhecimento estimularia a luta pela independência em outros territórios coloniais, sendo a França a primeira nação europeia a negar esse reconhecimento (MATIJASCIC, 2014, p. 45).



No ano de 1806, Dessalines foi assassinado, o que mergulhou o país em uma sucessão de transições violentas de governantes durante todo o século XIX (MOREIRA, 2010, p. 13).

Contudo, a nascente república manteve as mesmas bases sociais de seu período colonial, o que foi fonte de instabilidade política em sua história, uma vez que cada grupo buscava exercer poder sobre os demais. Nesse sentido, os mulatos, que eram proprietários de terras e líderes da revolução, assumiram o poder no país, enquanto os negros continuaram a trilhar na lavoura restante, já que a guerra de independência quase havia aniquilado com tais e, conseqüentemente, desestabilizou a base da economia haitiana (CÉSAR, 2017, p. 18-9).

Agravando a situação, a guerra pela independência levou à ruína dos canaviais e a destruição do maquinário industrial da ex-colônia, bem como de muito da infraestrutura durante a guerra entre L'Ouverture e as tropas de Napoleão, uma vez que aquele optou pela tática da terra arrasada, o que arvorecia uma autonomia economicamente frágil (VAZ, 2015, p. 64-5).

Em 1806, houve uma cisão latitudinal em que o Haiti passou a ser dois Estados rivais. Ao norte, uma monarquia negra, enquanto ao sul uma república mulata, somente unificadas em 1820 por meio de uma intermediação francesa que, por sua vez, exigiu o pagamento de 150 milhões de francos pela independência, mas aceitando 60 milhões pagos pela hipoteca do futuro do país a bancos franceses (CÉSAR, 2017, p. 19), o que só foi possível concretizar em 1824, quando, então o Haiti passou a ter a sua independência reconhecida pelo governo francês (MATIJASCIC, 2014, p. 45).

O presidente haitiano Geffrard Adams (1859-1867) abriria um precedente que tornaria o Haiti suscetível a influências externas diretas ao solicitar apoio à Marinha Britânica para sufocar uma revolta no nordeste do país, o que foi utilizado para gerar ingerência alienígena na política interna haitiana em toda situação de instabilidade, tais como o apoio dos Estados Unidos para a derrocada de Légitime em 1888, e do governo alemão à retirada deste do poder em 1914 (MATIJASCIC, 2014, p. 47).

No ano de 1915, após diversos presidentes e imperadores, o Haiti foi *dominado* pelos Estados Unidos, cuja desculpa para legitimar a ocupação foi a de que se estava



protegendo os bens e a vida dos estrangeiros no país, quando, na verdade, o objetivo era fixar uma base estratégica no entorno do Canal do Panamá, que acabara de ser aberto, evitando assim qualquer ameaça aos interesses de Washington. Nesse momento, o Haiti perdia seu controle sobre as finanças, alfândega, saúde e obras públicas, o que só retornaria em 1941 (KAWAGUTI, 2006, p. 23), atitude que foi copiada pelo governo britânico e alemão de forma concomitante, sendo tais nações as mesmas para as quais, no passado, um setor político ou outro do Haiti solicitou ajuda para que interferissem em sua política interna no contexto da Primeira Guerra Mundial (MATIJASCIC, 2014, p. 47).

O Haiti pode ser definida como *uma nação forjada no calor de uma sangrenta revolta de escravos africanos contra o colonizador francês*, mas que perdeu parte de seu romantismo ao ficar dentro da zona de domínio estadunidense e, depois, sob o jugo da família Duvalier (KAWAGUTI, 2006, p. 22).

É necessário que se ressalte a já mencionada posição privilegiada no Haiti para os interesses navais e comerciais dos Estados Unidos, o que, no contexto da Primeira Grande Guerra, acabara ficando evidente para Washington. Por esse motivo, ocupou-se a região noroeste e a capital do país com marines, sob o pretexto de ajuda humanitária, quando na verdade os representantes do governo estadunidense passou a ter direito de veto nas proposições do governo e gerência direta sobre a escolha dos presidentes, dentre os quais se cita Philippe Sudre Darmanter, de 1915 a 1922; Louis Borno, de 1922 a 1929; e Stênio Vicent, de 1930 a 1941. Nesse período, o governo haitiano concedeu aos Estados Unidos o controle de suas finanças e de seus serviços públicos, inclusive com o direito de criar uma força policial para conter revoltas, em especial as relacionadas à Constituição outorgada pelo governo haitiano e escrita pelos Estados Unidos para o Haiti, a qual autorizava a concessão de terras a governos estrangeiros, em especial contra Estados Unidos, a qual ficou denominada de *Gendarmerie d'Haïti* (MATIJASCIC, 2014, p. 48-52).

Mesmo após a saída oficial dos Estados Unidos do Haiti, o governo de Roosevelt continuava interferindo nos assuntos intestinos deste país, indicando como presidente sucessor de Stênio Vicent o candidato Elie Lescot (1941-1946), o qual renunciou após muitas greves e protestos contra o seu governo, que foi classificado como autoritário por



praticar perseguição aos opositores e suprimir a liberdade de imprensa (MATIJASCIC, 2014, p. 52).

Superado esse período, a *Gendarmerie d’Haïti* opta por apoiar um candidato cujo berço não estava assentado na elite local, mas que também não estava fundado nas camadas mais baixas; apoiam, nesse sentido, um candidato que era servidor público, e que nunca havia ocupado qualquer posição de poder, de modo a buscar um equilíbrio para o governo. Todavia, o legislativo, formado pela elite, não aceitou bem o governo de Dumarsais Estimé (1946-1950), que acabou deposto pela mesma junta militar que assumiu o país após a renúncia de Lescot (MATIJASCIC, 2014, p. 53).

O presidente seguinte foi Paul E. Magloire, entretanto, seu governo foi breve, pois a sociedade haitiana não aguentou assistir a sucessivos escândalos de corrupção, o que corroborou para a instabilidade que possibilitou um golpe militar que conduziu o país até 1956 (MATIJASCIC, 2014, p. 53).

Após décadas de conflito sangrentos, François *Papa Doc* Duvalier assume o controle do país em 1957 (KAWAGUTI, 2006, p. 23), de forma democrática, uma vez que buscou sentimentos nacionalistas e anti-estadounidenses para basear sua campanha (MATIJASCIC, 2014, p. 51), mas se declara, em 1964, *Presidente Vitalício*, e iniciando perseguição a seus opositores por meio dos *Tonton Macoutes*, um grupo político armado que aterrorizou o país, matando, apenas em 1967, mais de duas mil pessoas (MOREIRA, 2010, p. 13-4).

Papa Doc concentrou sua base de poder no assassinato de rivais políticos e intelectuais, demagogia e no vodu, bem como na hostilização aos Estados Unidos, que chegou a suspender o envio de ajuda econômica ao Haiti (KAWAGUTI, 2006, p. 24), além de realizar plebiscito manipulado para legitimar seu título de presidente vitalício (VAZ, 2015, p. 66), sem, no entanto, deixar de valer-se de Washington para combater qualquer ameaça comunista que ameaçasse seu poder, motivo pelo qual também reconheceu o governo de Fidel Castro, de modo a desestimular o apoio cubano a seus adversários (MATIJASCIC, 2014, p. 55).

No ano de 1971, Jean Claude *Baby Doc* Duvalier herda o poder deixado por seu pai, bem como o título de presidente vitalício (VAZ, 2015, p. 66), governando violenta e



corruptamente o país por 15 anos, até sua deposição pela população em 1986, quando, então, exilou-se na França (MOREIRA, 2010, p. 14), porém, foi um governo que se aproximou da Casa Branca para garantir a omissão dessa frente às sucessivas violações de direitos humanos no Haiti (KAWAGUTI, 2006, p. 24).

A herança foi concedida por meio de uma Constituição outorgada por seu pai e por um referendo simbólico cuja fusão legitimaria a designação de um menor de idade para o cargo de presidente tão logo assumisse a maior idade. As boas relações com os Estados Unidos possibilitaram a reabertura da Academia Militar haitiana e a criação do *Leopard Corps*, que era uma força de contra-insurgência (MATIJASCIC, 2014, p. 56-7).

Sucedendo *Baby Doc*, o General Henri Namphy governou até 1988 (MOREIRA, 2010, p. 14), em uma triarquia (CNG – Conselho Nacional de Governo), que dividia com o Coronel Williams Regala (comandante da Academia Militar) e pelo General Prosper Avril desde 1986, tendo inclusive promulgado uma nova Constituição (MATIJASCIC, 2014, p. 60-1), passando o governo para o Presidente eleito pela população Leslie Manigat (MOREIRA, 2010, p. 14).

Uma ressalva se faz necessária sobre a política intestina haitiana do período em apreço: tentou-se uma eleição *livre* em 1987, mesmo ano em que o CNG promulgou a nova Constituição, contudo, o CNG não concordava que a comissão eleitoral independente agisse integralmente conforme a Constituição, proibindo candidatos duvalieristas de concorrer, como a Carta Política determinava, o que resultou no fracasso das eleições, na morte de eleitores que compareceram ao pleito e no incêndio da sede da comissão, o qual foi promovido por milícias armadas, dando conta da proximidade dos interesses do Exército Haitiano com as milícias (MATIJASCIC, 2014, p. 61).

Todavia, o governo de Manigat não seria simples, uma vez que desejava cumprir a Constituição impondo seu poder de mando sobre as Forças Armadas do Haiti, o que não agradava a estas, que sempre influenciaram nas decisões dos Poderes. Uma ressalva se faz necessária sobre a política intestina haitiana do período em apreço: tentou-se uma eleição *livre* em 1987, mesmo ano em que o CNG promulgou a nova Constituição, contudo, o CNG não concordava que a comissão eleitoral independente agisse integralmente conforme a Constituição, proibindo candidatos duvalieristas de concorrer, como a Carta



Política determinava, o que resultou no fracasso das eleições, na morte de eleitores que compareceram ao pleito e no incêndio da sede da comissão, o qual foi promovido por milícias armadas, dando conta da proximidade dos interesses do Exército Haitiano com as milícias (MATIJASCIC, 2014, p. 62).

Diante disso, Namphy retomaria o poder por meio de um golpe de Estado em junho de 1988 (MOREIRA, 2010, p. 14), que, como primeiro ato, revogou a Constituição e decretou Estado de Sítio no Haiti, perseguindo de forma violenta seus opositores, o que causou grande instabilidade no país e permitiu que o presidente da Guarda Presidencial formulasse com seus subordinados, desejosos de vingar-se de atos que o Exército havia praticado contra seus pares, um novo golpe. Uma ressalva se faz necessária sobre a política intestina haitiana do período em apreço: tentou-se uma eleição *livre* em 1987, mesmo ano em que o CNG promulgou a nova Constituição, contudo, o CNG não concordava que a comissão eleitoral independente agisse integralmente conforme a Constituição, proibindo candidatos duvalieristas de concorrer, como a Carta Política determinava, o que resultou no fracasso das eleições, na morte de eleitores que compareceram ao pleito e no incêndio da sede da comissão, o qual foi promovido por milícias armadas, dando conta da proximidade dos interesses do Exército Haitiano com as milícias (MATIJASCIC, 2014, p. 62-3).

É então que o General Prosper Avril derruba Namphy do poder três meses depois dele o ter tomado de Manigat (MOREIRA, 2010, p. 14). Buscou eliminar a influência do Exército e de grupos armados no governo, estabilizar os ânimos do país, anunciando, desde pronto, novas eleições para 1989. Contudo, as relações entre Exército, grupos armados e Guarda Presidencial eram de grande hostilidade, e qualquer ato poderia fomentar uma revolta de um dos três atores. Essa situação resultou na renúncia de Avril após reunião com o embaixador dos Estados Unidos, sendo que Avril fugiu do país em aeronave estadunidense (MATIJASCIC, 2014, p. 63).

Diante disso, em 1989, Ertha Pascal Trouillot foi nomeada Presidente Provisória do Haiti pela Suprema Corte de Justiça até que eleições definissem um novo presidente (MATIJASCIC, 2014, p. 63).



Em 1990, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a ONU uniram-se para acompanhar as eleições haitianas, não apenas por convite do governo provisório do Haiti, como também pela firmação de posição pela OEA e ONU de que a estabilidade política do Caribe só nasceria com a promoção de governos democráticos na região. Nesse sentido, foi aprovada, na ONU, a Resolução nº 45/2 para *assistência eleitoral ao Haiti*, o que resultou na eleição de Jean Bertrand Aristide com 68% dos votos (MATIJASCIC, 2014, p. 64-5).

Um mês antes de sua posse, partidários da família Duvalier tenta um golpe de Estado, que foi impedido pelos militares e pela população, que seja queimando ou atingindo com machadadas, eliminou a ameaça ao candidato eleito (VAZ, 2015, p. 68)

Durante o governo de Aristide, a OEA aprovou resolução para dar *apoio ao processo democrático na República do Haiti*, em outras palavras, levantar fundos para investir em infraestrutura. Aristide não foi o candidato apoiado nem pela elite, nem pelos Estados Unidos; como ex-padre, por ter sido expulso pelo Vaticano da Ordem dos Salesianos, uma vez que pregava a Teologia da Libertação, e, por isso, era contra o *status quo* de então (MATIJASCIC, 2014, p. 66-7).

Relatórios da Coalização Nacional para Refugiados Haitianos, segundo a Doutora Matijascic, dão conta de que, durante o governo de Aristide, a violação a Direitos Humanos diminuiu consideravelmente, uma vez que substituiu líderes militares e provinciais por pessoas dispostas a cumprir a Constituição, ou, pelo menos, figuras em quem depositou essa confiança – dentre tais se destaca a nomeação do General Raoul Cedras, que foi o responsável pela segurança das eleições, para o posto de Comandante do Exército. Por último ato de repercussão nacional, Aristide discursou na ONU contra exploração estrangeira e contra seus aliados intestinos não apenas no Haiti, mas em todo país explorado por estrangeiros (MATIJASCIC, 2014, p. 67-8).

Com essa atitude, Aristide foi deposto pelo General Raoul Cedras (MOREIRA, 2010, p. 14) no quinto dia após o pronunciamento na Assembleia Geral. No mesmo dia, a OEA aprovou a Resolução nº 567, em *apoio ao governo democrático do Haiti*, na qual se condenava o golpe militar e se exigia o retorno do presidente deposto (MATIJASCIC, 2014, p. 68).



A OEA, ainda em 1991, por meio da Resolução nº 01/91, condenou o golpe militar promovido por Cedras, comunicando a este o isolamento diplomático do país, com a recomendação de que os membros da OEA suspendessem relações econômico-comerciais com o Haiti, bem como qualquer espécie de auxílio ou assistência, mesmo que social ou militar; a reação do Haiti foi a substituição do presidente, pelo presidente da Suprema Corte, Joseph Nerette, e a prisão do prefeito de Porto Príncipe, simpatizante de Aristide (MATIJASCIC, 2014, p. 70).

Esses fatos geraram a Resolução nº 02/91, recomendando que os membros da OEA aplicassem um embargo comercial ao país, além de solicitar que a ONU também aplicasse. Tais recursos visavam forçar o Haiti a um acordo, o que logrou parcial êxito, pois o fruto das negociações não foram ratificadas pelo presidente interino, que ameaçou os parlamentares haitianos caso comparecessem às negociações, o que, de certo modo, acabou cancelado por países americanos que não deram ouvidos à resolução para embargo comercial (MATIJASCIC, 2014, p. 71).

Diante disso, surge a Resolução nº 03/92 para tornar mais rígidas as sanções, mas diversos países, encabeçados pelos Estados Unidos, não obedeceram às resoluções, que possuía interesse econômico no prolongamento da crise haitiana, e inclusive havia prestado apoio ao primeiro-ministro em exercício, Marc Bazin, quando das eleições de 1990 (MATIJASCIC, 2014, p. 71-2).

Os países se dividiram no tocante à forma com que enxergavam a solução para a crise haitiana, havia aqueles que acreditavam que apenas uma imposição pela força resolveria (Estados Unidos, Venezuela, Panamá, Canadá e Jamaica) e aqueles que acreditavam em soluções diplomáticas, haja vista não considerarem que a crise haitiana prejudicasse a paz internacional (Brasil, México, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Nicarágua e República Dominicana). O diálogo construído sobre tal impasse gerou a Resolução nº 04/92, que solicitava o envolvimento do Conselho de Segurança da ONU na resolução do impasse, pois a crise haitiana agravava cada vez mais a quantidade de violações a Direitos Humanos no Haiti, o que resultou em negociações, as quais, por sua vez, geraram a Resolução nº 05/94, que transferiu o controle dos embargos ao Conselho de Segurança da ONU (MATIJASCIC, 2014, p. 72-3).



Concomitantemente a esses episódios, a ONU já vinha condenando a deposição do governo eleito e as violações a Direitos Humanos desde 1991. Somando-se a isso, criou-se o Grupo de Amigos da Secretaria-Geral para a questão do Haiti, o qual fazia pressão para interferência do Conselho de Segurança na questão, pois considerava que os fluxos migratórios de haitianos para as democracias frágeis da América poderia desestabilizar a região (MATIJASCIC, 2014, p. 74).

Em 1992, a Assembleia-Geral expediu a Resolução nº 47/11 para *cooperação entre Nações Unidas e Organização dos Estados Americanos*, a que se somou a Resolução nº 47/20, que apoiava os embargos da OEA ao Haiti, também foi enviada, em 1993, uma missão com o objetivo de avaliar possíveis violações a Direitos Humanos que estivessem ocorrendo no Haiti – MICIVIH (MATIJASCIC, 2014, p. 74-6).

O conflito haitiano simbolizou a nova espécie de campo de atuação da ONU pós-Guerra Fria, quando não mais teria que se colocar entre Estados, mas sim agir dentro dos Estados, o que gerava alto grau de periculosidade para a vida dos integrantes das tropas enviadas para manutenção da paz (MATIJASCIC, 2014, p. 77).

Diante da impossibilidade de negociação com os militares haitianos, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução nº 841, que universalizava os embargos ao país caribenho, elevando as crises humanitárias intestinas ao patamar de ameaças à paz e à segurança internacionais, haja vista que os deslocamentos populacionais massivos desestabilizavam a comunidade internacional, sendo, especificamente no caso do Haiti, marcante a migração para República Dominicana, Bahamas e para a Flórida, nos Estados Unidos. Entretanto, por exigência do Brasil, a resolução em comento fez constar que a interpretação para o caso haitiano seria uma exceção, não servindo de paradigma para outras situações que ocorressem no continente americano (MATIJASCIC, 2014, p. 78).

A pressão sobre o governo haitiano surtiu efeito, e em 1993 foi assinado o *Acordo da Ilha dos Governadores*, em que ficou acertado o retorno de Aristide ao governo do Haiti, com a consequente suspensão dos embargos comerciais ao país, com a modernização do Exército Haitiano e a criação de uma polícia civil desvinculada das Forças Armadas. Além disso, tratou-se de determinar uma reforma administrativa e judiciária, anistia às autoridades militares e políticas de desenvolvimento econômico, o



que gerou o *Pacto de Nova Iorque*, que tratou das formas com que as diretrizes do *Acordo da Ilha dos Governadores* (MATIJASCIC, 2014, p. 79-80).

Foi aprovada a Resolução nº 862 do Conselho de Segurança, autorizando a ida de militares e policiais para iniciarem os estudos que resultariam no cumprimento do acordado com a ONU. Nesse momento, ainda havia um temor que os grupos civis armados agissem contra o pactuado, tendo a ONU de confiar que os militares haitianos cumpririam sua parte no trato contendo tais grupos., o que não fizeram, franqueando que os grupos armados imprimissem violência contra os apoiadores de Aristide no país (MATIJASCIC, 2014, p. 80-1).

Paralelamente, o Conselho de Segurança aprova a Resolução nº 867, que autorizava o envio de uma tropa de manutenção de paz (MINUHA) composta de 567 policiais da ONU e 700 militares, por seis meses, para modernizar as tropas haitianas e treinar a nova polícia civil haitiana (MATIJASCIC, 2014, p. 81).

Um ponto delicado na história do Estado haitiano é de que a restauração de uma política democrática no Haiti seria uma atividade complexa, haja vista que o país não possuía uma tradição de transições democráticas, sendo que as eleições possuíam o hábito, até então, de atender apenas a interesses estrangeiros, o que comprometia a noção de que o Haiti era soberano, ainda mais com sua dependência alienígena nos campos econômicos e militares (MATIJASCIC, 2014, p. 82).

A reação violenta dos grupos militares e da elite haitiana resultou no impedimento do desembarque de 220 membros de delegação civil da MINUHA, além de diversos assassinatos de figuras envolvidas com a viabilização interna do mandato da MINUHA, dentre eles o Ministro da Justiça haitiano. Bloqueada a equipe da MINUHA, os Estados Unidos retirou-se, uma vez que não queria uma repetição do que havia acabado de ocorrer com seus enviados à Somália, cuja autorização autorizava o uso da força apenas como reação, restaurando os embargos comerciais ao país na sequência, com as Resoluções nº 873 e 875 do Conselho de Segurança (MATIJASCIC, 2014, p. 84-5).

O mandato da MNUHA foi estendido até 30 de junho de 1994, e o Conselho de Segurança já estudava meios não pacíficos para auxiliar na sua execução. Somando-se a isso, foi aprovada a Resolução nº 917, que impedia qualquer país de receber os



participantes do golpe contra o governo haitiano, enquanto no Haiti assumia como presidente provisório o presidente da Suprema Corte, Émile Jonassaint (MATIJASCIC, 2014, p. 86-7).

Nesse contexto, a OEA, na Resolução nº 06/94, solicita à ONU que a MICIVIH elaborasse e implementasse um programa educacional sobre Direitos Humanos no Haiti, e que dispositivos da Constituição haitiana fossem ensinados em créole à população haitiana. Contudo a situação ainda não era propícia, pois, ao mesmo tempo, encerrava-se o mandato da MINUHA sem ao menos esta ter conseguido desembarcar, o que fez com que fosse prorrogado por mais um mês na busca de uma solução pacífica (MATIJASCIC, 2014, p. 87-8).

Na sequência de acontecimentos, o presidente provisório do Haiti decreta *Estado de Emergência* no país, alegando que o país corria um perigo extremo, e seu Ministro das Relações Exteriores expulsa da MICIVIH, sob a alegação de que representa uma ameaça para a segurança haitiana (MATIJASCIC, 2014, p. 88).

Esgotadas as negociações por uma solução pacífica para o caso haitiano, o Conselho de Segurança reforçou, com apoio da OEA, o mandato da MINUHA, com o envio de uma *força expandida*, que restaurasse a democracia haitiana, conforme o relatório S/1994/765. Esse foi complementado pelo S/1994/828, que determinou que a MINUHA todos os pontos de entrada, incluindo portos e aeroportos, de Porto Príncipe, além das principais vias de acesso, assegurando a ordem pública e protegendo os oficiais do governo haitiano (MATIJASCIC, 2014, p. 89).

Diante desse quadro, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução nº 940, de autoria dos Estados Unidos, da qual se abstiveram Brasil e China, condenando a falta de cooperação do governo ilegítimo do Haiti, determinando que uma força multinacional empregasse todos os meios necessários para remoção das autoridades militares do Haiti nos moldes citados no *Acordo da Ilha dos Governadores*, reconduzindo Aristide à presidência, estendendo, para isso, o mandato da MINUHA por mais seis meses, pois também deveriam providenciar a condução de eleições no país. É importante destacar que o conflito haitiano foi classificado como perigoso à paz e segurança regionais pelo supracitado documento (MATIJASCIC, 2014, p. 91).



Foi enviada, como última tentativa pacífica, a *Missão Carter*, liderada por altos expoentes da ONU e dos Estados Unidos, os quais lograram um acordo com o governo provisório haitiano, concedendo aposentadorias *antecipadas e honrosas* aos membros de altos cargos militares haitianos em troca de autorização para o desembarque da MINUHA, o que evitaria que o desembarque precisasse ser imposto pela força das armas (MATIJASCIC, 2014, p. 94).

No ano de 1994, tropas estadunidenses desembarcaram em Porto Príncipe, com o objetivo de devolver o poder a Aristide, que, então, governou até 1995 (MOREIRA, 2010, p. 14), contudo, o formato da missão não agradou a todos os países da ONU, dentre eles, o Brasil, que voluntariamente não participou (KAWAGUTI, 2006, p. 28).

A MINUHA retornou ao Haiti em 1995, substituindo gradativamente os efetivos da Força Multinacional, criando a Força Interina de Segurança Pública (FISP) em substituição às FADH, com posterior dissolução da FISP para a criação de uma nova e moderna Força Armada, ocorrendo, paralelamente, o treinamento da PNH, com base em diretrizes de Direitos Humanos e investigação (MATIJASCIC, 2014, p. 104-7).

Em 1996, acaba o mandato da MINUHA, assumindo o presidente René Garcia Preval o governo do Haiti, solicitando à ONU a permanência da missão por mais alguns meses, o que foi atendido pelo Conselho de Segurança na Resolução nº 1063, que prorrogou o mandato até 30 de novembro, auxiliando na profissionalização da PNH e no desarmamento da população (MATIJASCIC, 2014, p. 115-8).

Aristide assinou, em seu mandato, um decreto desmobilizando as Forças Armadas, com o objetivo de evitar futuros golpes do Exército. Todavia, agir sem planejamento durante a execução do decreto causou revolta entre os militares, que roubaram as armas das reservas de armamento e iniciaram uma campanha de desestabilização do governo, buscando indenizações do Estado e reivindicações de direitos (MOREIRA, 2010, p. 15).

Porém, deve-se destacar, que a intenção de Aristide era passar o controle da segurança pública à PNH, desativando a instituição que havia se especializado em derrubar governos (VAZ, 2015, p. 68).



O presidente seguinte foi René Preval, que cumpriu seu mandato integralmente, sendo sucedido por Aristide, reeleito, que em 2001 assumiu para ser exilado em 2004 ante a grande pressão política da oposição (MOREIRA, 2010, p. 15).

O governo de Preval não conseguiu manter com o legislativo um acordo que permitisse um governo estável, motivo pelo qual governou por decretos e autorizou o ingresso de diversas missões de paz com distintos objetivos: a UNSMIH (Missão das Nações Unidas de Apoio ao Haiti), em 1996, cujo objetivo era modernizar o aparato de segurança haitiano; a UNTMIH (Missão das Nações Unidas de Transição no Haiti), em 1997, cujo objeto era ajudar a estabilizar o país; a MIPONUH (Missão das Nações Unidas de Polícia Civil no Haiti), em 1997, com o foco em modernizar a força policial do Haiti (VAZ, 2015, p. 69).

É imperiosa a observação de que o país não passou por muitos momentos de democracia, e que as transições violentas faziam parte da cultura política do país, de modo que a pressão armada sobre governos não era algo incomum (KAWAGUTI, 2006, p. 22).

Com o término do mandato de Preval, Aristides elege-se em uma corrida eleitoral marcada por denúncias de corrupção e de adulteração, o que leva oposição e ex-integrantes do Exército Haitiano a unirem-se contra o governo e seus apoiadores (VAZ, 2015, p. 69).

Em um dos pontos de pressão estavam milícias nortistas de Gonaives, que marcharam até a capital para depor o governo alinhado a Aristide, o risco de choque entre o governo, as milícias e as gangues assinalava um alerta de massacres que obrigaria a ONU a interferir mais drasticamente (KAWAGUTI, 2006, p.11).

Enquanto a capital majoritariamente permanecia leal a Aristides, de Gonaives fortalecia-se um poder armado com o intuito de confrontar o governo e retirar Aristides do poder. Na mesma semana em que as movimentações ocorriam, o representante da Jamaica discursa na Comunidade do Caribe solicitando auxílio ao problema no Haiti, pois os países da região já começavam a sentir o peso dos refugiados a suas portas, os quais a elas foram levados pelo agravamento de uma crise de cunho humanitário, e, alguns dias depois, Aristide teve que se exilar na África do Sul (VAZ, 2015, p. 69-72).



Nesse contexto, o presidente interino, Boniface Alexandre solicita ajuda à ONU, que, por meio da Resolução nº 1529/2004 do Conselho de Segurança é um país caribenho em que cujos idiomas oficiais são o créole e o francês (VAZ, 2015, p. 89) determinou o estabelecimento da Missão de Manutenção das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH – sob o comando do Brasil (MOREIRA, 2010, p. 15).

Precedendo a MINUSTAH, no entanto, enviou-se uma força (Força Multinacional Interina – MIF) cujos objetivos eram a contribuição para um ambiente seguro e instável no país, facilitar a prestação de assistência humanitária, proteger os direitos humanos, assegurar a lei e a ordem, e criar condições para que a OEA e a ONU ajudem o povo haitiano, com o emprego de todos os meios necessários, inclusive a força, inicialmente composta por militares estadunidenses, canadenses e franceses (VAZ, 2015, p. 89-90).

Criado o apoio inicial, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução nº 1542/2004, que estabeleceu a missão com caráter mais longo, a MINUSTAH, substituindo a MIF, cujas diretrizes seriam segurança, Direitos Humanos e democracia, para isso, devendo apoiar o governo de transição, assegurar um ambiente estável, apoiar a reforma da PNH, adotar medidas de segurança pública, apoiar o desarmamento e a desarticulação das milícias, ajudar no restabelecimento da ordem pública e do Estado de Direito, proteger funcionários e instalações das Nações Unidas, proteger civis de violência física, apoiar o processo constitucional e político haitiano, apoiar a realização de eleições livres, apoiar a proteção aos Direitos Humanos, monitorar a situação de refugiados e da efetivação do respeito aos Direitos Humanos, sob o comando do Brasil (VAZ, 2015, p. 91-3).

Diante do exposto, tem-se que a construção da soberania haitiana não se deu de forma simples, tampouco em uma progressão linear, possuindo a aparência de um eletrocardiograma ascendente, definição que passo a explicar.

Nota-se que o povo haitiano, a ferro e fogo, lutou pela independência de seu território e pela liberdade de seu povo contra não apenas o governo soberano da França, mas contra o povo francês, haja vista o extermínio de nacionais deste país durante a guerra da independência.



Inicialmente tendo sua soberania parcialmente reconhecida pela França, haja vista que o Haiti independente deveria ficar submetido à Federação Francesa, ao Império Napoleônico, o Haiti retornou ao *status* de colônia quando Napoleão violou o pacto firmado com L'Ouverture, o que pode ter tido influência na cultura popular de desconfiança do que é estrangeiro.

Superada essa fase, o Haiti expulsou o colonizador e, após muitos conflitos internos, comprou o reconhecimento de sua independência pela França, reunindo, assim, o último atributo da soberania que lhe faltava para se caracterizar como Estado, ainda mais pelo fato de que outros países, que ansiavam não desagradar a França, foram reconhecendo a independência haitiana após o reconhecimento franco.

Não se pode deixar de observar, no entanto, que o poder supremo haitiano também possuiu influência francesa, pois intermediou a reunificação do território dividido entre uma Monarquia negra e uma República mulata, rivais entre si.

Relevante é ainda o fato de que o país, pelo menos até o início da MINUSTAH, enfrentou diversos momentos de crise do poder supremo, fragilizando a soberania interna, enquanto se tornava dependente de recursos econômicos e militares estrangeiros, debilitando sua independência e, conseqüentemente, sua soberania externa.

4. CONCLUSÃO

O Haiti é um Estado americano com território bem definido, a ponto de que, mesmo em períodos de instabilidade política, o território não se desmembrou nem se incorporou ao território de outro Estado, salvo durante a secessão do início de sua formação, quando dividiu-se entre imperador e presidente.

Além disso, conta com um povo cuja formação cultural é igualmente estabelecida em particularidades características de seus nacionais, a exemplo da convivência harmônica entre catolicismo e voduísmo, mesmo que em boa parte de sua história tenham tido problemas com a submissão a um poder político central, haja vista a instabilidade política do país.



Por outro lado, o Haiti, nos termos doutrinários descritos anteriormente, é um Estado Fraco, e sua geopolítica demonstra que a situação humanitária em seu território estava caótica quando da intervenção estrangeira, tendo sofrido influências e intervenções juridicamente reprováveis ao longo de sua história, o que contribuiu para o agravamento de sua situação.

Contudo, é possível constatar a existência da soberania, mesmo que debilitada pela massiva interferência externa, que, após idas e vindas, teve sua intromissão restringida a pedidos do governo central ou da oposição (1915 é um dos exemplos), e paulatinamente foi sendo substituída pelo acatamento de pedido de poder supremo do país para assistência humanitária em amplo sentido, agora não mais prestado por um país sob a estrita óptica de seus interesses, mas sim pela tutela de objetivos definidos em documento multinacional e critério teóricos doutrinários regulamentadores dos limites da responsabilidade dos Estados auxiliares.



civitas



REFERÊNCIAS

CÉSAR, Itamar Ferreira. *Heróis do Brasil no Haiti*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2017.

KAWAGUTI, Luis. *A República Negra*. São Paulo: Globo, 2006.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. *Haiti: segurança ou desenvolvimento no início dos anos 1990*. Curitiba: Appris, 2014.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 28. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MOREIRA, Luciano. *Combate de Paz*. São Paulo: Baraúna, 2010.

NOVELINO, Marcelo. *Curso de Direito Constitucional*. 11ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. *Direito Internacional Público e Privado*. 3ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2011.

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público*. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

RUPPENTHAL, Tailon. *Um Soldado Brasileiro no Haiti*. São Paulo: Globo, 2007.

VAZ, Anelise. *Muito Além da Paz: a missão humanitária da ONU no Haiti*. Curitiba: Appris, 2015.

